

A IMPRENSA E AS
RELAÇÕES COM A
SEDIMENTAÇÃO
DE IDENTIDADES
NACIONAIS:
ESTUDO DOS
CASOS DE BRASIL
E PARAGUAI NO
CONTEXTO DE *LA*
GRAN GUERRA

[DOSSIÊ]

Maira Delmondes Matos

Universidade Federal do Piauí

Nilsângela Cardoso Lima

Universidade Federal do Piauí

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Esta pesquisa examina as mudanças na imprensa atreladas à ideia de sedimentação das identidades nacionais emergidas na segunda metade do século XIX, período no qual os países recém-independentes na América do Sul se consolidavam enquanto Estados-nações. Focamos nos casos do Brasil e do Paraguai para demonstrar como era preciso criar e difundir símbolos, a fim de firmar identidades e definir pertencimentos. Nesse sentido, entendemos a Guerra do Paraguai, ou *La Gran Guerra*, como motivação maior para fabricação dessas identidades. Nesse contexto, a imprensa cumpriu o importante papel de validar símbolos, forjando os limites das nacionalidades. Sobre essa perspectiva, analisamos a atuação dos periódicos *A Imprensa* e *El Centinela*, respectivamente publicados no Brasil e no Paraguai, pontuando no estudo desses casos uma lógica maior de atuação da imprensa.

Palavras-chave: Identidades nacionais. Imprensa. Guerra.

This research examines the changes undergone by the press as a reflection of the sedimentation of national identities that emerged in the second half of the 19th century, a period in which the newly independent South American countries were consolidating themselves as nation states. We focus on the cases of Brazil and Paraguay to demonstrate that creating and disseminating national symbols was necessary to establish national identities and belonging. In this regard, we understand that the “Guerra do Paraguai,” or *La Gran Guerra*, acted as a major motivation for fabricating these national identities. In this context, the press fulfilled the important role of validating symbols, forging the limits of nationalities in both sides of the conflict. Within this perspective, we analyzed the action of the newspapers *A Imprensa* and *El centinela*, respectively published in Brazil and Paraguay, highlighting in the study of these cases a greater logic of press action.

Keywords: National identities. Press. War.

Esta investigación examina los cambios en la prensa vinculados a la idea de la sedimentación de las identidades nacionales surgidas en la segunda mitad del siglo XIX, período en el cual los países recién independizados en América del Sur se consolidaban como Estados Nacionales. Nos enfocamos en los casos de Brasil y Paraguay para demostrar cómo era necesario crear y difundir símbolos, con el fin de afianzar identidades y definir pertenencias. En este sentido, entendemos la “Guerra do Paraguai”, o “La Gran Guerra”, como la principal motivación para la fabricación de estas identidades. En este contexto, la prensa cumplió un papel importante al validar símbolos, forjando los

límites de las nacionalidades. Desde esta perspectiva, analizamos la actuación de los periódicos *A Imprensa* y *El Centinela*, respectivamente publicados en Brasil y Paraguay, destacando en el estudio de estos casos una lógica mayor de actuación de la prensa.

Palabras clave: Identidades nacionales. Prensa. Guerra.

Introdução

“então também percebi que, num país,
uma coisa é o governo,
outra coisa é o povo”.
(Ondjaki, *Bom dia, camaradas*, 2014)

Na segunda metade do século XIX, os países da América do Sul tornaram-se independentes do domínio das coroas europeias e começaram o processo de estabilização de seus Estados; para tanto, mais do que declarações de independência, cartas constitucionais e conflitos contra eventuais movimentos separatistas, era necessário criar e difundir símbolos nacionais, bem como uma linguagem fundamentando essas identidades nacionais em construção.

Nesse contexto, buscava-se definir os parâmetros de nacionalidade, pois a indefinição das fronteiras na região da Bacia Platina resultou no maior enfrentamento bélico da América do Sul. O conflito que, em terras brasileiras, ficou conhecido apenas como “Guerra do Paraguai” teve, além das nossas fronteiras, o nome de “Guerra da Tríplice Aliança” ou, mais devidamente, “*La Gran Guerra*”.

O enfrentamento envolvendo um pacto entre o Império do Brasil, Uruguai e Argentina contra a República do Paraguai teve no primeiro e no último seus protagonistas. Nas margens opostas do conflito, havia movimentos similares com intenção de moldar a opinião dos povos que derramavam sangue nas águas do Rio da Prata.

O poder destruidor da guerra seguiu alinhado com o potencial formador. Durante seis longos anos de duração do

conflito, tanto no Brasil quanto no Paraguai, estabeleceu-se a imprensa – mais especificamente nos periódicos oficiais – como dimensão de mediação entre Estado e sociedade, relações moldadas pela ideia contínua de opinião pública (Pires Junior, 2012).

A disputa ultrapassava o limite físico e se multiplicava nos discursos oficiais e extraoficiais, visando atribuir significado ao acontecimento da guerra para solidificar o sentimento de unidade que o conflito exigia. No entanto, somente era possível alcançar algum entendimento sobre os discursos produzidos a partir da guerra, considerando que, em meados do século XIX, os símbolos nacionais não tinham a força evocativa que o enfrentamento bélico precisava, pois, em muitos países, o processo de independência ocorreu no seio das elites políticas e econômicas, não tendo sentido para as massas¹.

Durante o conflito, as situações foram transformadas em acontecimentos jornalísticos, moldados na imprensa como reforço

¹ Johny Santana Araújo (2015a) investiga a contribuição dos jornais brasileiros para a criação e difusão da ideia de unidade nacional com foco na atividade periodista piauiense durante a Guerra do Paraguai. No livro, *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866*, o autor mostra os circuitos percorridos pelas notícias da Guerra e também como o conflito serviu de subsídio para encucar na população brasileira a noção de dever pátrio em um momento em que os símbolos nacionais ainda não possuíam a força evocativa que uma guerra requer. Johny Santana Araújo (2015a) ressalta ainda que essa ausência de identificação entre povo e bandeira não era particularidade do Brasil, nos demais países recém independentes da América do Sul ocorria o mesmo, posto que em muitos deles o processo de emancipação foi orquestrado pelas elites econômicas, logo, as massas permaneceriam distantes desses movimentos.

à noção simbólica de nacionalidade que a guerra reivindicava. “A produção exultante de discursos não pode ser separada do esforço bélico dos agentes” (Araújo, 2015a, p. 21), a batalha ocorria nos *fronts* e nos textos de forma latente, superando completamente as distâncias físicas.

Como exemplo dessa propriedade da imprensa, iremos explorar a dimensão discursiva do periódico *A Imprensa*² (1865-1889), órgão do Partido Liberal da distante província do Piauí que, mesmo longe das fronteiras do Sul do Império brasileiro, experimentou ativamente o impacto da guerra, divulgando notícias e propagando a causa da pátria.

Nossa pesquisa seguiu com a análise do periódico paraguaio *El Centinela*³ (1867-1868), também um órgão oficial, mas com a particularidade de ter sido publicado especificamente para divulgar as ações de Guerra do Paraguai e elevar a moral dos soldados no *front*. E, para entender a dimensão bélica da imprensa

durante *La Gran Guerra*, é necessário, ainda, traçar um panorama sobre a expansão da imprensa em ambos os países, pois, por meio dessa diferenciação, conseguiremos perceber as particularidades dos discursos estruturados durante o conflito, assim como as similaridades.

A expansão da imprensa: oscuros de Brasil e de Paraguai

A expansão da atividade da imprensa ocorreu de maneira distinta no Brasil e no Paraguai. Enquanto o primeiro gozava de certa liberdade de expressão, o segundo controlava ao máximo a produção de discursos nos seus territórios, sendo o período da Guerra do Paraguai o momento de maior abertura para a imprensa no país (Johansson, 2011).

Em relação ao Brasil, o historiador Arnaldo Lucas Pires Junior (2012) apontou o processo de formação e consolidação de uma esfera pública nacional como característica do comportamento da imprensa na segunda metade XIX. A todo tempo, os eventos no país tinham, no traçado da imprensa, narrativas retratando ou conduzindo a situação política, e o jornalismo aprofundava cada vez mais a dimensão de opinião pública.

A atividade da imprensa foi marcada pela forte pressão governamental desde o surgimento. Com a Corte portuguesa, ainda na época de D. João VI, veio para o Brasil uma pequena tipografia, responsável pela publicação do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*,

² Órgão do Partido Liberal da província do Piauí, tinha como principais redatores nomes importantes da política provincial, entre eles o jurista e deputado pelo Partido Liberal Deolino Moura; e o renomado jornalista piauiense David Caldas. O periódico *A Imprensa* circulou na capital da província do Piauí entre os anos de 1865 e 1889, se tornando o jornal piauiense de maior longevidade no século XIX (Matos, 2019).

³ De acordo com nossas leituras do periódico *El Centinela* constatamos que o jornal paraguaio era um órgão oficial do governo que foi lançado exclusivamente para propagandear sobre a Guerra, com a intenção de aumentar a autoestima da população, e principalmente a dos militares. Redigido pelo boliviano Roca Tristá, o periódico circulou na capital paraguaia Assunção entre os anos de 1867 e 1868. María Lucrecia Johansson (2011) classifica o jornal *El Centinela* como parte da revolução periodista que se deu no Paraguai ao longo da Guerra.

que inaugurou em setembro de 1808 e se manteve em circulação em moldes servis até dezembro de 1822. Este serviu para a difusão de informações oficiais e de notícias da Corte e de Portugal (Rêgo, 2001).

No entanto, das particularidades no trajeto da imprensa nacional, destaca-se que não foi *O Gazeta* o nosso primeiro jornal, mas sim o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa⁴, jurista formado pela escola de leis de Coimbra. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido em Sacramento, cresceu em Pelotas, no Rio Grande, e enxergou na mudança da Corte para terras brasileiras, uma possibilidade de desenvolvimento para as duas pátrias (Lopo, 2005, p.18).

Desde 1821, quando começaram a vigorar as políticas de liberdade de expressão para a imprensa é que textos carregados de convicções sobre quais os rumos a Monarquia deveria tomar foram publicados. Dessa forma, as folhas não escondiam a conotação política, como *O amigo do Rei e da Nação*, *O Reverbério Constitucional Fluminense*, *O Tamoio* e *Sentinela da Liberdade* (Barros, 2023). Aos poucos, a imprensa nacional alcançava uma característica que a acompanharia durante toda a expansão: o caráter político panfletário.

⁴ Sobre esse tema, existem controvérsias na historiografia, pois alguns autores apontaram que o primeiro periódico brasileiro surgiu em Pernambuco. A informação é contraditória diante da existência de uma Carta Régia datada de 1706, documento enviado pela Coroa portuguesa direcionada ao governador da província Francisco de Castro Moraes no Rio de Janeiro, e ordenava o sequestro de “letras impressas e quaisquer tipografias”. De qualquer modo, a imprensa somente foi expressiva no país com vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro.

De acordo com a historiadora Ana Regina Rêgo (2011), o fim da censura régia inflamou o debate político com um aspecto mais agressivo a partir do surgimento dos “pasquins”, folhas que retratavam a política com ares de sátira, usando o humor para se posicionar. O jornalismo, irremediavelmente, tornou-se o meio por onde os fios da política e do debate intelectual passavam para se legitimar.

Como exemplo dessa lógica de legitimação do discurso, podemos citar o periódico *O Espelho*, do mesmo editor de *A Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota*, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, no qual o próprio imperador escrevia com linguajar grosseiro a fim de defender sua posição (Ribeiro, 2007). No interior da atividade periodista a sociedade civil ampliou um espaço de atuação da força política, ao mesmo tempo em que figurava a principal ponte de comunicação entre Império e sociedade.

O historiador Nelson Werneck Sodré (1994) ressaltou que o país viveu uma fase de intensas agitações pausadas apenas na década de 1850 quando o Império teve ares de consolidação, mas, logo em seguida, é chegada a década de 1860 e, com ela, a guerra na região platina, que surgiu como um corte, expondo as contradições da sociedade. A imprensa acompanhava as transformações sociais, sendo, ao mesmo tempo, testemunha e agente dessas mudanças.

A instabilidade dos tempos estava vinculada ao processo de enraizamento social da Monarquia à legitimação da Coroa perante as forças dominantes no país. A consolidação do Império aconteceu à custa de

muito sangue derramado nas revoltas separatistas. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, entre 1832 e 1848 o Império de Dom Pedro II enfrentou revoltas em quase todo o território, onde o complexo cosmos social se chocava com a ordem imposta. Em Pernambuco e Alagoas, ocorreu a Guerra dos Cabanos (1832-1835)⁵; em Belém do Pará, a Cabanagem (1835-1840)⁶; no Maranhão, a Balaiada (1838-1841)⁷; na região do Rio Grande do Sul, a Farroupilha (1835-1845)⁸;

5 A Guerra dos Cabanos teve origem com a insatisfação de políticos conservadores de Pernambuco com as suas exonerações de cargos da administração imperial quando da abdicação de D. Pedro I em 1831. Em Pernambuco, a defesa do retorno de D. Pedro I transformou-se em revolta em alguns pontos da província, o movimento tomou corpo e vários proprietários de engenhos na Zona da Mata no sul pernambucano e norte de Alagoas, importante área de produção açucareira, uniram-se em nome da causa (Dantas, 2014).

6 A Cabanagem foi um movimento revolucionário que abrangeu boa parte do território amazônico e que dizimou a população da capital paraense, Belém, se destacando como um dos maiores confrontos internos que o Império brasileiro enfrentou em seu período regencial. Os cabanos, como eram conhecidos os revoltosos, se denominavam “patriotas”, assumindo uma identidade que unia negros africanos, mestiços, índios e pequenos proprietários contra qualquer expressão do mandonismo português, onde o ódio aos lusitanos serviu como amálgama que manteve o confronto (Ricci, 2007).

7 A Balaiada foi uma revolta popular que, iniciada no Maranhão, onde os revoltosos chegaram a tomar a capital Caxias, se estendeu até os territórios da província do Piauí. Os balaaios, grupo formado por sertanejos, artesãos, vaqueiros, lavradores, escravos e donos de pequenas porções de terra se revoltaram contra os grandes proprietários de terra e as forças legalistas, visto que a situação da província do Maranhão era de miséria ao final da década de 1830, devido à queda do valor do algodão maranhense no mercado internacional. A Balaiada, que começou com disputa pelo poder entre liberais e conservadores, se espalhou entre as classes populares (Luz, 2016).

8 A Guerra dos Farrapos, ou simplesmente Farroupilha, foi a insurreição mais duradoura que o

e as revoltas conhecidas como “brigas de brancos” (1842)⁹, por não envolverem a população pobre, estavam em disputas de interesses de fazendeiros e donos de escravizados em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Carvalho, 2022).

Os ecos dissonantes do Império em fratura refletiam na atividade da imprensa, pois ocorriam constantemente publicações em formato de panfletos e livretos de duração efêmera, com propaganda dos interesses civis. Nesses moldes, circularam na Corte o *Ação, reação, transação*, de Justiniano José da Rocha, e as *Cartas de Erasmo*, de José de Alencar. Para pensadores, como o jornalista conservador José da Rocha, “o trono ainda não tinha se enraizado no Brasil” (Sodré, 1994, p. 169), o que explicaria tanto as revoltas separatistas como o comportamento combatido da imprensa.

Essa instabilidade latente somente seria contornada na década seguinte. De acordo com Nelson Werneck Sodré

Império brasileiro enfrentou, contabilizando dez anos de confronto. A revolta, que nasceu na elite estancieira gaúcha, se devia em parte a frustração quanto à nacionalização da política imperial que não se concretizou com a abdicação de D. Pedro I, sendo explícita a continuidade da influência portuguesa nos braços do governo central. Além do mais, o aumento de juros sobre o charque rio-sul-grandense, em detrimento dos baixos impostos do charque oriental estrangeiro, alimentava ainda mais a insatisfação dos farrapos (Schmitt, 2018).

9 José Murilo de Carvalho (2022) chama de “brigas de brancos” as disputas políticas promovidas pela elite dos centros econômicos do Império brasileiro. As insurreições ocorridas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro tinham origem na cisão entre liberais e conservadores, sendo, portanto, financiadas por grandes proprietários de terra, comerciantes e políticos em busca de maior representatividade no jogo político que se constituía (Carvalho, 2022).

(1994), o Brasil experimentava a falsa calma do período de conciliação entre liberais e conservadores pela manutenção da unidade do Império. Os anos 1850 testemunharam, também, o avanço de tecnologias, o vapor e a construção de linhas férreas que melhoravam o funcionamento do comércio, o telégrafo e o surgimento de novas tecnologias tipográficas, as quais favoreciam a comunicação. O quadro de modificações possibilitou, ao meio urbano, uma relativa emancipação do ambiente rural – uma série de mudanças que o autor classificou como progressistas.

O Segundo Reinado iniciou sobre essa “aparente estabilidade, em que o poder moderador, na figura de Dom Pedro II, buscava equilibrar interesses de fazendeiros, traficantes de escravos e da igreja” (Rêgo, 2001, p. 46). De acordo com Ana Regina Regô, essa “calmaria” influenciou certo marasmo na imprensa, pois, somente se tornaria novamente panfletária e combativa com as crises provindas do fim do tráfico negreiro, e, posteriormente, com as tensões na região do Rio Prata, onde a imprecisão das fronteiras do Império culminaram no conflito com a república paraguaia.

Em um primeiro momento, o conflito foi encarado como uma “guerra justa” na imprensa, mas, posteriormente, passa a ser malvisto pela sociedade, tanto pela duração, que demandava o constante recrutamento de homens para o campo de batalha, como pela instabilidade econômica causada pelos imensuráveis gastos bélicos. O processo de desgaste da imagem do conflito foi documentado pela imprensa na Corte. Folhas como o *Opinião Liberal* e o *Correio Mercantil*, que criticavam abertamente o conflito, ressaltavam em tom alarmista

o crescimento da dívida externa proporcionada pela Guerra. A imprensa ilustrada, conquistando espaço na cena pública, teve, na Guerra, um momento de grande relevância, pois folhas e revistas utilizavam de imagens para atacar o inimigo e fomentar o nacionalismo formado no seio do conflito (Pires Junior, 2012).

O historiador Arnaldo Lucas Pires Junior (2012), na pesquisa sobre o jornalismo ilustrado durante a Guerra do Paraguai, destacou algumas dessas publicações, como *O Bazar Volante*, o *Semana Illustrada* e, ainda, o *Paraguai Ilustrado*, publicado exclusivamente para satirizar o considerado inimigo platino. A imprensa nacional brasileira era, e ainda é, esse cenário diverso no qual os indivíduos da elite figuram na cena pública, configurando-se uma extensão do debate político e também espaço de comunicação entre Estado e sociedade. Essa dimensão foi amplamente explorada durante a Guerra, justamente para sedimentar o ideário de nação que se pretendia construir, bem como fomentar o patriotismo necessário na realidade do conflito bélico que, no entanto, não tinha bases sólidas na sociedade.

Assim como no Brasil, a imprensa paraguaia nasceu sob o signo da oficialidade, cumprindo função de divulgar informações do governo e com uma linha de comunicação unilateral entre Estado e sociedade. O primeiro jornal do país data de 1845 e foi criado durante o governo do presidente vitalício Carlos Antonio López. O *El Paraguay Independiente* tinha, no líder da nação, o principal redator, e, desde a publicação inaugural, um explícito objetivo norteador: fazer com que a república paraguaia tivesse a autonomia devidamente

reconhecida pelos vizinhos platinos, em específico a Argentina (Baratta, 2022).

As relações fronteiriças entre o Paraguai e os demais países platinos sempre foram tensas, porque o Rio da Prata era a única ligação do país com o exterior, e também pelo não reconhecimento da sua autonomia. A historiadora María Victoria Baratta (2022) ressaltou que a independência paraguaia, proclamada em 1813 pelo Congresso, era fruto, sobretudo, da instabilidade da Coroa espanhola com a necessidade do país de se desvencilhar do controle de Buenos Aires, quanto ao comércio de tabaco. Buenos Aires não reconheceu estas decisões.

Com a morte de dr. Gaspar Rodríguez de Francia, ditador supremo do Paraguai, a nova Ata de Indecência foi aprovada em 1842, na qual o país se declarava livre de toda influência exterior e do controle de Buenos Aires. Dois anos depois, Carlos Antonio López era declarado presidente vitalício da República. Mais uma vez o evento não teve validade aos olhos argentinos, cuja figura central do poder, Juan Manuel de Rosas, não enxergou no Paraguai nada mais do que uma província rebelde.

O desgaste das relações fronteiriças e comerciais era tanto que levou a república paraguaia a uma conduta de isolamento e vigilância constante, em 1844 “qualquer barco de Buenos Aires navegando em suas águas poderia ser considerado premissa de guerra”¹⁰ (Baratta, 2022, p. 60, tradução própria). Ironicamente, o Império brasileiro reconheceu a independência do Paraguai, e,

fazendo uso da influência diplomática, ajudou a estabelecer um acordo de navegação entre e Carlos Antonio López e o Governador da Província de Corrientes, Joaquín Madariaga, em uma aliança contra a Confederação Argentina.

Nesse contexto, o periódico *El Paraguay Independiente* surgiu como resultado da necessidade de reconhecimento que a república paraguaia carecia. Além do próprio presidente, o jornal contava com contribuição dos homens de confiança do governo, entre os quais o diplomata brasileiro José Pimenta Bueno. As publicações visavam defender a causa da independência e liberdade do Paraguai. Carlos Antonio López fez o esforço de destinar suprimentos e recursos para formação de tipografias, pois o considerado desenvolvimento da imprensa representaria mais um símbolo do progresso independente do Paraguai. Circulavam ainda pelo país publicações em formato de catecismos cívicos, distribuídos principalmente nas escolas paraguaias.

Quando do reconhecimento da autonomia do Paraguai pela Confederação Argentina em 1843, o presidente vitalício do Paraguai fez circular o catecismo político intitulado *Tratado de derechos y deberes del hombre social*¹¹. O documento divulgava valores republicanos e liberais, além da importância do respeito aos direitos individuais dos cidadãos (Baratta, 2022). Ressaltamos que a maioria da população paraguaia era analfabeta, ou se comunicava em guarani, mas suspeitamos que a dimensão teórica do governo chegasse ao povo

¹⁰ No original: “cualquier barco de Buenos Aires navegando en sus aguas podría considerar-se premissa de guerra”.

¹¹ Tratado de direitos e deveres do homem social.

pelas práticas de leitura pública. Durante a guerra contra a Tríplice Aliança, ocorreram assembleias organizadas por mulheres, na capital Assunção, para leitura de notícias e proclamação de discursos patrióticos; nos campos de batalha, a leitura dos periódicos costumava ser feita em alto e bom tom (Potthast, 2013).

A imprensa de catecismo político era um instrumento pedagógico para solidificar a identidade nacional paraguaia. Esse método de manipulação da opinião pública foi recorrente no Paraguai, pois tinha sido utilizado no governo do dr. Gaspar Rodríguez de Francia e no autoritarismo de Carlos Antonio López. A Igreja Católica Romana ocupou espaço central, uma vez que as obrigações patrióticas que se buscava implantar nos indivíduos eram, sobretudo, cristãs. Nos catecismos empregados na Escuela Normal del Paraguay, a pátria era descrita como uma grande família da qual todos deveriam se sentir responsáveis, na “*República cristiana*”¹² e católica do Paraguai as obrigações cívicas estavam explícitas: “Todo paraguayo debe amar a su patria, ser justo e benéfico, sujeitar-se às leis, obedecê-las e respeitar as autoridades estabelecidas”¹³ (Potthast, 2013, p. 11, tradução própria). O Estado paraguaio alicerçava as bases em simbologias que possuíam potência na cultura política da sociedade: a religiosidade e o patriarcado.

¹² “República cristã”.

¹³ No original: “*Todo paraguayo debe amar á su patria, ser justo y benéfico, sujetarse á las leyes, obedecerlas, y respetar las autoridades establecidas*”.

O próximo marco na imprensa paraguaia foi a guerra contra a Tríplice Aliança. Até o estopim do conflito, a reduzida atividade periodista do Paraguai era voltada apenas à panfletagem ideológica, com a finalidade de criar, entre os cidadãos, o sentimento de pertencimento tão necessário aos Estados, buscando se consolidar em meio às tensões na região platina. Apesar do rígido controle, a atividade periodista somente atingiu as metas patrióticas do governo com a Guerra, momento no qual surgiram os periódicos de trincheira – estes com retaliativa autonomia e a responsabilidade de manter os soldados empenhados. As publicações dessas folhas, produzidas na situação de guerra total em que o país se encontrava, eram carregadas dos sentimentos mais profundos e até mesmo contraditórios que a luta armada provocava.

Quando o conflito foi devidamente anunciado, em 1864, apenas o periódico *El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles* circulava no país. A folha que, desde 1853, cumpria somente de tarefa panfletar a ideologia da república e realizar comunicações oficiais, teve um aspecto combativo com a guerra, defendendo a liberdade da república e o patriotismo. Ao decorrer dos anos e com a circularidade de redatores, o periódico abordou grande variedade de temas, desde o debate da política internacional até artigos de sobre formas de cultivo da terra e apontamentos sobre medicina. A lógica discursiva buscava o progresso para o Paraguai (Campos; Florentín, 2017).

Com a Guerra, circularam, no país, os periódicos *El Centinela* (1867-1868), *Cabichuí* (1867-1868), *Cacique Lambaré* (1867-1868) e *Estrella* (1869), publicações

sintomáticas de uma ação política conjunta, cuja escrita e divulgação, bem como as práticas de leitura coletiva, revelavam a latente necessidade de moldar a opinião pública para os objetivos da guerra. Nos periódicos de trincheira, encontramos um sistema de oposição de identidades no qual a ideia de si era construída em antagonismo ao inimigo, conforme apontou a historiadora argentina María Lucrecia Johansson (2011, p. 197, tradução própria):

Nos jornais de trincheira, o discurso de mobilização veiculado pelas gravuras se baseou em um sistema de oposição nós/eles, que foi refletido através do contraste entre imagens negativas e positivas, utilizadas de duas maneiras. Por um lado, foi utilizada uma imagem negativa do adversário para revelar uma imagem positiva de si mesmos; assim, ao mesmo tempo em que se tentava convencer os paraguaios do caráter desumano dos inimigos, exaltava-se o caráter benevolente dos paraguaios. Por outro lado, realizou-se o procedimento contrário, ou seja, apresentou-se de forma positiva e idealizada o Paraguai, seus soldados e cidadãos, para revelar uma imagem negativa dos inimigos¹⁴.

14 No original: “En los periódicos de trinchera el discurso de movilización vehiculizado por los grabados reposó en un sistema de oposición nosotros/ellos, que se plasmó a través del contraste entre imágenes negativas y positivas, utilizadas de dos maneras. Por un lado, se usó una imagen negativa del adversario, para revelar una imagen positiva de sí mismos; así, a la vez que se trataba de convencer a los paraguayos del carácter inhumano de los enemigos se exaltaba el carácter benevolente de los paraguayos. Por otro lado, se realizó el procedimiento contrario, es decir, se presentó de forma positiva e idealizada al Paraguay, sus soldados y ciudadanos, para revelar una imagen negativa de los enemigos”.

O sistema de oposição *nosotros/ellos*, evidenciado por Johansson na imprensa de trincheira, era ampliado pelo uso da xilografia, que dava às representações do exército inimigo características ridículas na tentativa de desmoralizar a Tríplice Aliança. Nas imagens produzidas, muitas vezes pelos próprios soldados, o exército brasileiro era representado como uma orla de “macacos” nos periódicos paraguaios. No Brasil, o tráfico negreiro findou em 1853, mas o regime servil se arrastava na base das grandes propriedades. Pensar a existência da escravidão é um aspecto fundamental para entender os discursos da imprensa de Guerra, tanto a brasileira quanto a paraguaia, pois, durante o conflito, o Império usou a libertação de escravizados para servirem nos campos de batalha, posto que o exército deveria ser composto por homens livres. Logo, a prática se tornou recorrente diante da longa duração do movimento bélico.

A lógica de atuação imperial no recrutamento de ex-escravizados, que só atingiram a condição de homens livres para compor destacamentos de guerra, foi mal vista pela imprensa brasileira e também serviu de munição aos ataques retóricos do inimigo republicano. No periódico paraguaio *Cabichuí*, que, assim como outros, era distribuído gratuitamente entre civis e, principalmente, militares, eram frequentes chamadas do tipo “Assim se caçam os negros”, “Fogo aos negros”, “Exército de macacos jogando Canabal”¹⁵ (Toral, 1995, p. 288, tradução nossa).

15 “Así se cazan los negros”, “Fuego a los negros”, “Ejército macacuno jugando Canabal”.

De acordo com o historiador Johny Santana Araújo (2015), o Brasil, no começo do conflito, foi atravessado pela crença de que o exército aliado estava travando uma luta ganha, no entanto as forças formadas pela união de Império, Uruguai e Argentina depararam-se com a surpreendente resistência do exército paraguaio. Além disso, as guerras nas fronteiras platinas eram frequentes e não costumavam ter duração prolongada. Se no primeiro momento de campanha de alistamento para a Guerra a propaganda do discurso patriótico por periódicos oficiais e extraoficiais foi o suficiente, logo a demanda de efetivos para o conflito se tornou um problema.

A demora da Guerra expôs, de maneira visceral, o lado mais sombrio do recrutamento militar brasileiro. O Império havia herdado do período colonial português um modelo de recrutamento forçado, no qual a rigidez dos castigos físicos era prática comum das instituições militares “deixando marcas profundas nos setores mais pobres da sociedade” (Araújo, 2015, p. 213). No Estado imperial, o recrutamento cumpria, muitas vezes, o papel de limpar as urbes de corpos indesejados, dando-lhes como destino as baixas camadas do serviço militar.

A formação dos ditos destacamentos de voluntários da pátria fez o signo da vulgaridade. “De acordo com o Decreto 3.509 de 12 de setembro de 1865” (Araújo, 2005, p. 104), era possível que o cidadão comprasse a dispensa do serviço militar ou apresentasse substitutos de forma legal. Essa normativa fazia parte dos regulamentos do exército e da marinha e incidiram na ação de alforriar escravizados para servir

no *front*: partir para Guerra era considerado coisa de pobre ou escravizado.

Em 1866, o próprio Dom Pedro II dava exemplo ao escrever para o Ministro da Guerra: “Forças e mais forças a Caxias, o apresse a medida de compra de escravos e todos que possam aumentar o nosso exército”. Outra medida drástica do Imperador foi mandar alforriar todos os escravizados nas fazendas nacionais para compor contingentes na Guerra (Torral, 1995, p. 292).

Nesse cenário, atuavam, ainda, as forças dos destacamentos da Guarda Nacional, cujo recrutamento foi complexo desde o começo do conflito (Araújo, 2015). Essa instituição que, oficialmente, deveria ser um braço militar do Império mais próximo da realidade das províncias, acabou por se tornar refém dos patronados locais, não impedindo a formação de destacamentos, mas os hierarquizando. Grosso modo, os guardas nacionais enviados ao campo de batalha eram os que não desfrutavam da proteção de algum membro da elite local.

Dessa forma, os corpos compondo os *fronts* do exército brasileiro eram negros, pobres e excluídos socialmente sem nenhum tipo de treinamento militar e que se viam incumbidos de defender com própria vida uma pátria que sempre lhes fora ingrata. Todos esses contrastes alimentavam as sátiras da imprensa de xilogravura paraguaia, acompanhadas de chamadas do tipo: “*A los negros nalgas*”¹⁶, que foi publicada a edição de número 16 do periódico *El Centinela*.

¹⁶ “Para os negros, nádegas”.

Ao lado da chamada provocativa da décima sexta edição do periódico *El Centinela*, há uma xilogravura que representa soldados paraguaios mostrando as nádegas para um balão de espionagem brasileiro. O conjunto composto por imagem e texto evidencia o tamanho do desprezo que o povo paraguaio nutria pelo exército inimigo. Na dimensão discursiva dos periódicos brasileiros e paraguaios, encontramos verdadeiras *fronts* de guerra, e “quem está à testa dos exércitos é o sustentáculo do Estado” (Tzu, 2006, p. 39).

Uma guerra sem fronteiras: estudo dos periódicos *A Imprensa* e *El Centinela*

No avesso do texto jornalístico, enobrem-se visões de mundo, contradições e interesses, e é com estas questões em perspectiva que analisamos os casos dos periódicos *A Imprensa* e *El Centinela*, respectivamente no Brasil e no Paraguai. Ambos os órgãos oficiais do Estado em seus respectivos países, começaram a circular no contexto da Guerra, sendo, por esse motivo, importantes pontos de observação de quais os direcionamentos as nações em conflito pretendiam para a opinião pública de seus povos. No caso do *El Centinela*, a veiculação somente foi realizada para cumprir as demandas de propaganda que o estado de guerra total impunha ao Paraguai.

A Imprensa, periódico do Partido Liberal da província do Piauí, pertencia a um movimento de expansão no periodismo vinculado aos aspectos do fazer político

provincial e não diretamente ao conflito. Por se tratar de um órgão oficial do Partido Liberal, os discursos eram de cunho panfletário, com foco na divulgação dos ideais liberais. No entanto, por os liberais estarem no poder tanto no Império quanto na província do Piauí, o começo da Guerra fez do periódico palanque de propaganda, repasando as diretrizes do patriotismo que o Estado imperial brasileiro tentava construir.

Nossa pesquisa foi fundamentada nos discursos produzidos a partir da Guerra. Os periódicos citados são uma pequena parcela, visto a produção massificante de textos que o conflito proporcionou. Por meio deles, observamos as diferenças nas narrativas sobre a Guerra nos dois países, bem como as similaridades discursivas que esses textos apresentam.

A Guerra foi vivenciada de duas maneiras, ambas viscerais: nas batalhas e nos discursos. Focaremos os discursos. O conflito traçou, na América do Sul, um outro tipo de enfrentamento ainda não experimentado em tão larga escala e deixou marcas profundas na construção das identidades desses povos: a batalha discursiva para definir posições políticas e sociais.

Posto que os pormenores do conflito em si fogem da nossa alçada, é importante, ainda, destacar que os acontecimentos de 1862 deixaram pairar solto o espectro da Guerra cujo rondava a região platina. No Paraguai, Francisco Solano López assumiu o poder; na Argentina, houve a reunificação nacional comandada por Buenos Aires onde Corrientes voltou a responder ao poder central; e no Império brasileiro, o Partido Liberal substituiu o Conservador (Doratioto, 2002). Estas situações, aliadas à

interferência do Império na guerra civil do Uruguai, país que se arrastava em uma disputa sangrenta pelo poder entre as facções *Colorados* e *Blancos*, deram estopim à Guerra.

Em abril de 1864, o Governo Imperial mandou, em missão especial, o conselheiro José Antônio Saraiva às tensas terras uruguaias a fim de garantir os direitos de brasileiros residentes no país. Na ocasião, o chanceler Juan José Herrera acusou o Império brasileiro e a Argentina de incentivarem a guerra civil, posto que muitos estrangeiros tomavam lados na batalha próximos às fronteiras (Doratioto, 2002).

O Império brasileiro representado por Saraiva, e a Argentina, pelo conselheiro de Estado Elizalde, passaram a cooperar pela paz uruguiaia, unindo forças contra o líder *Blanco* e então Presidente do Uruguai Atanasio Aguirre. Os *Blancos*, frente à constante interferência diplomática do Império, buscavam apoio em Solano López, enquanto os rebeldes *Colorado*, representados por Venancio Flores, receberam apoio diplomático e, posteriormente, militar do Império brasileiro e de infraestrutura naval por parte do presidente argentino Bartolomé Mitre Martinez. Estavam então dados os contornos da “*La Gran Guerra*”.

A presença de representantes diplomáticos e das tropas do Governo Imperial na política uruguiaia pode ser interpretada como uma questão-chave, visto que as influências brasileiras no país oriental prejudicavam, diretamente, o interesse paraguaio por uma possível unificação. Em 10 de novembro de 1864, em um explícito ato de guerra, o governo paraguaio captura o vapor brasileiro Marques de Olinda em resposta à intervenção militar brasileira na

república oriental (Doratioto, 2002). Todos os tripulantes da embarcação morreram em prisões paraguaias.

Em janeiro de 1865, Solano López solicitou ao governo argentino permissão para forças paraguaias atravessarem as províncias de Corrientes e Entre Rios para atacar o Rio Grande do Sul e, diante da negativa, declarou guerra também à Confederação Argentina. A união entre Argentina, Uruguai e Brasil contra a república ocorreu quase de forma intuitiva.

Por ocasião do início da Guerra, o ministro brasileiro em Assunção, Cezar Suavan Viana Lima, escreveu para o Almirante Tamandaré, informando que uma “tropa de 10 mil homens seria suficiente para derrotar, sem esforço, o exército de Solano López” (Doratioto, 2002, p. 62). Essa visão equivocada e otimista logo caiu por terra. A complexidade das relações no entorno da Bacia do Prata não possibilita apontar um motivo isolado para a Guerra, mas sucessivas premissas provocando o conflito.

Esse cenário variado alimentou os tortuosos discursos da batalha simbólica traçada na imprensa. A Guerra surgia como uma possibilidade de autoafirmação por meio de uma linguagem beligerante construída principalmente no jornalismo. Devido à necessidade de alimentar o conflito com corpos para a luta armada e a circularidade das notícias da Guerra, províncias distantes das fronteiras do Sul, como a do Piauí, passaram a ter imagens da guerra dentro do cotidiano.

Os movimentos da Guerra, o número de homens nas batalhas, as armas disponíveis e as ações tanto do exército aliado quanto do inimigo eram repassados ao

público leitor pela imprensa brasileira. O periódico piauiense *A Imprensa* é um exemplo valioso dessa lógica. Na publicação inaugural, contou com a transcrição de notícias de jornais da Corte e dos países aliados com relatos dos acontecimentos na fronteira.

O governo argentino tem multiplicado esforços e concentrado forças numerosas no teatro da guerra. *A Nacion Argentina* faz a seguinte reseña dellas; Infantaria a ordem do general Paunero 5,000 homens/Correntinos 7,000/ Entrerianos 7,000/ Infantaria brasileira na esquadra 2,000. Total de 21,000. A estes 21,000 homens devem reunir-se em poucos dias mais 4,000 guardas nacionais (*A Imprensa*, 27 jul. 1865).

A mobilidade das narrativas sobre a Guerra ultrapassava as distâncias. O texto citado anteriormente foi publicado na edição número um do periódico *A Imprensa*, tratando-se de uma transcrição do periódico argentino *A Nacion Argentina*. O próprio caminho percorrido pelas notícias era repassado aos leitores. Ainda na publicação inaugural, *A Imprensa* elucidou ao público algumas dessas rotas:

Os jornais de Montevideo só reproduzem o que noticiam os de Buenos Ayres. *A Epocha*, escrevem por intermedio de um navio italiano vindo do Paraguay que esta republica conta com as seguintes forças: 50,000 de terra; 19 vapores; com suas tripulações; 6 chatas com peças de grosso calibre, achando-se 7 vapores em Corrientes e os mais dispersos nos rios paraguayos (*A Imprensa*, 27 jul. 1865).

Nesse trecho, ocorreu a transcrição do periódico uruguaio *A Epocha*. Nota-se

o cuidado de revelar quais as fontes da notícia, bem como o caminho percorrido pelas informações até o momento da publicação no *A Imprensa*. Todos esses aspectos tinham a intenção de conferir veracidade à narrativa do periódico. Por se tratar de um órgão oficial do Estado, *A Imprensa* dedicava muitas páginas à correspondência oficial dos gabinetes da Província. Nessas transcrições, percebemos quais os ideais de patriotismo almejados pelo Império. Na parte destinada à comunicação oficial da folha, eram expostos relatórios, editais, nomeações e as comunicações entre a Assembleia Provincial, a Corte e a presidência da província do Piauí.

A invasão de nossas províncias pelos paraguayos exige dos brasileiros maiores sacrifícios, a fim de que se assegure a integridade do Imperio e se salve a honra e a integridade nacional [...] Faz-se necessário reforçar nosso exército. [...] Quando o Imperador vai ao teatro da guerra, ninguém pode recusar-se de acompanhar (*A Imprensa*, 28 ago. 1865).

Esta citação é um trecho da Ata da Presidência do Conselho de Ministros de julho de 1865. Passados quase um ano de conflito, acumularam-se muitas baixas, pois, no campo de batalha, a Guerra não cessava de consumir corpos. Aliado aos discursos de ampla circulação transcritos pelo periódico havia, ainda, os artigos e poemas dos redatores do *A Imprensa* mostrando como a classe intelectual piauiense entendia o conflito.

Monarca
excelso! Pedro idolatrado,
La mesmo nesses campos de peleja
Cercado do esplendor de tua gloria

De um verdadeiro heróe!
Não é por despedirco' o glandio em punho
A morte do inimigo que combates;
Depois armada a hoste de sassinos
Que antepoz escravos a soldados,
E lhes diz: "degolai por minha conta e
roubai pela vossa!
(A Imprensa, 9 dez. 1865).

No poema "Ao herói do Uruguaiana", publicado na edição de número 20 do periódico, observamos a lógica dualista atravessando os discursos sobre a Guerra. De um lado estava "Pedro idolatrado", a representação do Imperador se personificava às qualidades destinadas à nação, enquanto o inimigo platino era descrito como um "covarde", "assassino" e "escravo".

De acordo com Koselleck (2006), uma unidade de ação política e social se constitui por meio de conceitos pelos quais se delimita enquanto excluem outras. Nesse sentido, a citada Guerra se tornou subsídio para produção de símbolos e imagens, pretendendo construir a noção de unidade necessariamente em oposição ao outro, no caso a República do Paraguai.

No "Theatro da guerra", a construção da identidade nacional em oposição ao inimigo ocorreu dos dois lados da encenação. A palavra imprensa era utilizada como arma e escudo, justificando as ações dos governos e definindo as fronteiras do pertencimento. O periódico paraguaio *El Centinela*, que começou a circular em abril de 1867, quase quatro anos depois de deflagrado o conflito, tinha a missão de elevar a moral do povo paraguaio violentado pelo estado de guerra total no país.

El Centinela era editado pelo boliviano Roca Tristá, intelectual exilado no Paraguai por ser considerado perigoso à ordem na Bolívia, uma figura que articulava artigos, imagens e poemas, fazendo do periódico uma frente valorosa durante a Guerra (Silva, 2020). A imprensa paraguaia tinha noção que a identidade do país era utilizada em um jogo de oposição entre a suposta civilização e a barbárie pelas demais nações envolvidas na Guerra e fazia uso do mesmo sistema para se referir ao inimigo imperial.

Na Biblioteca Nacional do Paraguai, o arquivo digitalizado do *El Centinela* foi cedido pela editora paraguaia *Tiempo e Historia*, contando com uma longa dissertação na introdução assinada por José Antonio Vazquez. No texto, o autor justificou as decisões de Solano López como sendo a reação para barbárie dos aliados, movidos pela inveja da independência e solidez da república paraguaia. Ao país, haveria restado apenas a opção de defender-se do horror de uma guerra imposta, e seguiu a argumentação enaltecendo a honradez do passado paraguaio:

Se a leitura, como Descartes tão belamente pensava, é uma conversa com as pessoas honradas dos séculos passados, hoje folhear este pequeno semanário, passageiro mas intenso, nascido no outono de 1867 com o trágico veneno de uma guerra implacável saturando ao redor da luz e do ar, proporcionará o encanto de conversar com uma coletividade mais independente, corajosa, que no século anterior conheceu a América Latina: o Paraguai de Francia e os López

(Vazquez, 1964 apud *El Centinela*, mayo 1867, tradução própria)¹⁷.

Se, para os aliados, o exército paraguaio era composto por um povo bárbaro, cruel e sem saída, o *El Centinela* evocava os mesmos símbolos, justamente para se opor à imagem construída pelos inimigos. Usando do sistema de oposição que Lucrécia Johansson (2011) nomeou apenas de *nosotros/ellos*, consistia-se basicamente em compor a imagem de si em detrimento à do outro, no caso, o rival de guerra.

Por que eles estão deitados amamentando por dois anos sem poder distrair nossas trincheiras? A dificuldade do inimigo não está apenas nos terrenos, nem nas posições; está calçada no soldado sem valor, nos velhos que mantêm o Brasil (*El Centinela*, mayo 1867, tradução própria)¹⁸.

No trecho citado, a duração das trincheiras foi associada ao baixo valor que o soldado brasileiro tinha, devido ao fato de o Império seguir o conflito alforriando escravizados para compor o exército, uma questão amplamente explorada pela imprensa paraguaia. Nos textos do *El Centinela*, o brasileiro era o bárbaro, inculto e não livre. Como os escravizados defenderiam a pátria com amor?

¹⁷ No original: “Si la lectura, como tan bellamente pensaba Descartes es una conversación con las gentes honradas de los siglos pasados, hojar este pequeño semario asun e año, efímero pero intenso, nacido en el otoño de 1867 con el trágico veneno de una guerra implacable saturando alrededor de la luz y el aire, dará el sortilegio de platicar con colectividad más independiente, valerosa, que en la centuria anterior conoció la América Latina: el Paraguay de Francia y los López”.

¹⁸ No original: “¿Por qué yacen amantando dos años sin poder distrair nuestra trincheras? La dificultad del enemigo no está esta solo en los terrenos, ni en las posiciones; está califa el soldado sin valor, vejeles que mantiene al Brasil”.

Apesar dos apontamentos quanto à qualidade do exército imperial, o Paraguai também contava com batalhões formados exclusivamente por escravizados, ressaltando que o país não havia abolido definitivamente a escravidão negra. O que existia era uma Lei do Ventre Livre, criada no governo de Carlos López em 1842 (Toral, 2011).

A guerra exige uma lógica própria de suspensão de símbolos, que não precisam estar necessariamente vinculados às situações, mas sim a um ideal. Os discursos beligerantes de construção de identidade se alimentavam de emoções e dores reais, no entanto eram manipulados racionalmente. Então, por mais que os dois países convivessem com o sistema servil, todavia, em ambos os casos, somente o outro era apontado como escravizado. O poema publicado na edição de 18 de agosto de 1867 do *El Centinela* foi exemplo dessa lógica:

Do alto se viu Napoleão que, sem segundo/
Quis dominar o mundo/E o mundo o dominou/
Deste exemplo esqueceu-se/O Brasil,
como vemos/A decisão esperemos/
Do renhido desafio/Que com brio, fogo e sangue/A pátria defenderemos
(*El Centinela*, ago. 1867, tradução própria)¹⁹.

Além do sistema *nosotros/ellos*, o *El Centinela* trazia características próprias da realidade paraguaia, pois o país estava imerso na Guerra, então o periódico exaltava, de forma exacerbada, as vitórias e chorava as dores com poesia. No Brasil, de outra

¹⁹ No original: “En gran altura se vió/Napoleon que sin segundo/Quiso dominar al mundo/Y el mundo lo dominó/De este ejemplo se olvidó/El Brasil, segun lo vemos/La decision esperemos/Del renido desafio/Que á fuego y sangre con brió/La patria defenderemos”.

forma, periódicos oficiais, como *A Imprensa*, apresentavam informações mais específicas do conflito. O *El Centinela* mantinha uma narrativa mais preocupada com a estética, já que o foco era o convencimento do povo de que toda aquela luta não era em vão.

O principal editor do *El Centinela*, Roca Tristán, foi assinado em 22 de agosto 1868, fuzilado a mando de Solano López. Não nos cabe o julgamento moral sobre o desenrolar das situações, nem tampouco apontar os “verdadeiros” culpados por essas manchas de sangue. Apenas discutimos as possibilidades de um estudo comparativo para a temática da chamada Guerra do Paraguai, posto que são escassas as pesquisas nesse sentido.

Considerações finais

Ao longo desse estudo de caso, não pretendemos encerrar nenhuma das discursões propostas, mas antes estarmos atentos às possibilidades para a historiografia que merece atenção. Ao pensar as narrativas jornalísticas e históricas, emanadas da Guerra do Paraguai como parte fundamental do processo pós-independência em países na América Sul, onde as identidades nacionais estavam sendo moldadas, percebemos a ausência de pesquisas comparativas relacionadas àquele conflito.

Sendo sintomático em vários sentidos, o mais latente foi perceber que o Brasil virou as costas para o continente ainda no período colonial e nunca mais soube voltar o olhar. A falta de leituras sul-americanas

na academia contribui para o isolamento de nosso país continental, mesmo estando presente na história dos vizinhos de fronteiras, mantendo-se completamente distante em questões teóricas, inclusive de si mesmo.

Pensar-se enquanto sul-americano e entender-se latino é resgatar parte importante da nossa identidade. Neste estudo, onde focamos nos casos de Brasil e Paraguai, nos esforçamos em pensar a História em uma perspectiva comparativa tanto para entender as identidades nacionais quanto para nos enxergarmos melhor enquanto indivíduos, percebendo quais narrativas nos atravessam e de quais silêncios somos herdeiros.

Somos descendentes, e isso o espelho não nega, dos combatentes negros e indígenas, assim como dos Terenas²⁰ do Mato Grosso do Sul em *La Gran Guerra*. Somos latino-americanos da América do Sul, portanto é importante refletirmos sobre a história que produzimos para não perpetuar o isolamento ocorrido com a historiografia brasileira em relação à produção sul-americana. Admitir uma perspectiva comparada para produzir História no Brasil é enxergar-se de maneira mais consciente, e foi isso que tentamos fazer neste texto. ■

²⁰ Etnia indígena originária da região que atualmente pertence ao Mato Grosso do Sul. Ao longo da Guerra do Paraguai os Terenas passaram a contribuir com o Exército brasileiro como forma de interagir com a política imperial e garantir a integridade das terras que lhes restaram. Por meio de sua participação naquela referida guerra, prestando serviços para as autoridades imperiais, os povos Terenas mantiveram parte de seu território, que posteriormente se tornariam Reservas Indígenas destinadas aos descendentes dos *fronts* Terenas que combateram no conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai (Vargas, 2003).

[MAIRA DELMONDES MATOS]

Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestranda em História do Brasil pela mesma instituição.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: mairamatos18@gmail.com

[NILSÂNGELA CARDOSO LIMA]

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestra e bacharel em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (FPI). Docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFPI, campus Petrônio Portella e docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.

E-mail: nilsangelacardoso@ufpi.edu.br

Referências

ARAÚJO, Johny Santana. **“Um grande dever nos chama”**: a arregimentação de voluntários para guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1866). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos**. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

BARATTA, María Victoria. Representaciones en torno al concepto Independencia en los inicios de la prensa paraguaya (1845-1852). **Memoria y Historia**, Tunja, n.24, p.55-77, 2022. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/204597>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BARROS, José D’ Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

A IMPRENSA. Teresina, anno1, n.1, 27 jul. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=antonio%20trajano&pasta=ano%20188&pagfis=1>. Acesso em: 24 out. 2024.

A IMPRENSA. Teresina, anno1, n.5, 28 ago. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=antonio%20trajano&pasta=ano%20188&pagfis=17>. Acesso em: 24 out. 2024.

A IMPRENSA. Teresina, anno1, n. 20, 9 dez. 1865. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=antonio%20trajano&pasta=ano%20188&pagfis=73>. Acesso em: 24 out. 2024.

CAMPOS, Herib Caballero; FLORENTÍN, Carlos Gómez. “Ciudadanos amantes de una buena causa”: La campaña política de “El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles” durante la Guerra contra la Triple Alianza (1865-1868)”. **História em Reflexão**, Dourados, v. 11, n. 22, jul./dez. 2017. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/325548606_Ciudadanos_amantes_de_una_buena_causa_la_campana_politica_de_El_Semanario_de_Avisos_y_Conocimientos_Utiles_durante_la_Guerra_contra_la_Triple_Alianza_1865-1868. Acesso em: 5 jan. 2023.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e teatro das sombras**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe

(Pernambuco e Alagoas, 1832-1848). **Mundos do trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 107-129, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n12p107>.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EL CENTINELA. Asunción, n. 2, mayo 1867. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/el-centinela-1867/>. Acesso em: 10 jan. 2024

EL CENTINELA. Asunción, n. 18, ago. 1867. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.py/hemeroteca/el-centinela-1867/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JOHANSSON, María Lucrecia. Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870). **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”**, Córdoba, v. 10, n. 10, p. 189-210, 2011. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuarioceh/article/view/23154/22891>. Acesso em: 6 jan. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LOPO, Renata Campos. **Jornalismo da independência**: a influência política da imprensa nacional no processo de Independência do Brasil. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LUZ, Gerlândia da. **A Revolta da Balaiada no Maranhão**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Pinheiro, 2016. Disponível: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/880/1/GERLANDIALUZ.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MATOS, Maira Delmondes de. **A palavra e o conceito**: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do periódico político A Imprensa (1865-1889). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019. Disponível: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Not%C3%ADcias/PICOS_2022/Biblioteca/2019/Hist%C3%B3ria_2019/Maira_Delmondes_de_Matos.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

ONDJAKI. **Bom dia, camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. **Imagens em guerra**: imprensa, nacionalismo e formação do estado brasileiro na Guerra do Paraguai. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

POTTHAST, Barbara. Súbditos, ciudadanos y conciudadanas: ciudadanía y género en Paraguay (1810-1870). **Kompetenznetz Lateinamerika**, Colonia, n. 5, p. 1-37, 2013. Disponível: https://kompetenzla.uni-koeln.de/sites/kompetenzla/home/salbiez/Working_Paper/WP_einzelneTexte/WP-5-2013_PotthastBarbara.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. p. 1-9.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 358-377, 2018. DOI: 10.5007/2175-7976.2018v25n40p358.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

TORAL, André de Amaral. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, 1995. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8880>. Acesso em: 7 jan. 2023.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Conrad, 2006.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966)**: uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003. Disponível: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-9252.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.